



ATA DA 188ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 26/04/2017, sob a presidência do Senhor Secretário Gilberto Natalini, realizou-se a 188ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Posse do senhor **Fábio Riva** e da senhora **Janaína Lima**, como Conselheiros Titular e Suplente respectivamente, representantes da Câmara Municipal de São Paulo. Posse das senhoras **Denise Helena Amad Meira** e **Lucilene Aparecida Esperante Limp** como Conselheiras Titular e Suplente respectivamente, representantes da Secretaria Municipal de Educação - SME. Posse do senhor **Lúcio Fleury de Oliveira Bichara** como Conselheiro Suplente, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB no CADES
2. Informes:
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Deliberação das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para o ano de 2017, pelo Senhor Ivan Cáceres – Coordenador Geral do CADES e do CONFEMA.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:



- Proposta das Diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para o ano de 2017.

Gilberto Natalini (Presidente) - Obrigado pela presença dos Conselheiros Titulares, dos Conselheiros Suplentes, aqueles que nos visitam e participam aqui hoje. Nós estamos iniciando a 188ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo, no 26 de abril de 2017. Estamos iniciando no tempo regulamentar, com quórum. Eu queria dar as boas-vindas aos Conselheiros que estão hoje aqui pela primeira vez e vão ser empossados. Antes de passar a palavra para que o nosso Coordenador do CADES, o Ivan, possa encaminhar as questões da pauta, eu queria só dizer aos Senhores e às Senhoras. Vocês vão me perguntar: o que é que nós temos que ver com isso? Mas tem a ver com isso, sim - cada um de vocês, cada cidadão de São Paulo com o que eu vou falar. Nós estamos aí com um pouquinho menos de quatro meses de Governo e a situação na nossa gestão, eu vou falar pela Secretaria do Verde, mas isso também se estende para outras Secretarias, é uma situação muito difícil, extremamente complexa do ponto de vista orçamentário, financeiro. A situação está bastante difícil. Governar com muito dinheiro é fácil. Às vezes, até se esbanja, se desvia. Governar com pouco dinheiro é uma arte que todos nós temos que aprender. Agora, governar sem dinheiro nenhum fica extremamente complicado. E é o que está acontecendo conosco. O orçamento que nós temos na Secretaria é um orçamento aquém dos gastos anuais da Secretaria, aquém; porque nós temos um peso grande de orçamento, que são os cuidados com os parques. O número de parques é muito grande: são 107. Nós não temos recursos suficientes para manter a manutenção, o manejo, a zeladoria e a vigilância dos parques como deveríamos manter. Já recebemos essa situação assim. Não foi uma situação nova. Já recebemos esses parques com bastante dificuldade de sobrevivência, muito descuidados, e muitos sem contrato de zeladoria, sem manejo, sem vigilância. Para vocês terem uma ideia, os oito parques do centro de São Paulo estão sem vigilância desde o ano passado. A situação começou a se degradar em agosto do ano passado, e a gente não conseguiu, ainda, do ponto de vista financeiro, fazer o equilíbrio.



Conseguimos algum remanejamento de recursos. Na verdade, foi aproximadamente a metade, um terço do que nós precisaríamos para terminar o ano, não de forma folgada, mas de forma relativamente equilibrada. Precisaríamos de R\$ 96 milhões para inteirar os R\$ 150 milhões necessários para terminar o ano. No ano passado, foram orçados R\$ 200 milhões para os parques. Nós conseguimos, com uma licitação muito mais enxuta e muito mais produtiva, abaixar de R\$ 200 milhões para R\$ 150 milhões a necessidade de recursos para este ano. Entramos com R\$ 55 milhões, que vão acabar agora no final de maio e que vieram do orçamento passado. De R\$ 150 milhões entramos com R\$ 55 milhões. Pedimos uma suplementação de R\$ 96 milhões para inteirar R\$ 54 milhões com R\$ 96 milhões, R\$ 150 milhões para a gente licitar tudo que fosse necessário e termos tranquilidade na zeladoria dos parques. Não houve dinheiro suficiente no orçamento. Dos R\$ 96 milhões, nos liberaram R\$ 35 milhões e depois, no rearranjo interno do orçamento próprio da Secretaria, mais 20, que foram tirados daqui, de lá, de acolá, inteirou R\$ 55 milhões, que, para R\$ 96 milhões, faltam R\$ 41 milhões. Esse é o drama hoje que nós temos. Estou falando especificamente da questão dos parques. Eu não estou falando de outras ações, porque a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, os Conselheiros sabem, não é só parque. Parque é um peso importante, é uma coisa importante. Nós temos uma estatística, feita pela gestão passada, de que, no ano passado, entraram nos parques da cidade 38,7 milhões. Pode ser que alguns foram 10, 15 ou 20 vezes, mas 38 milhões de seres humanos entraram e usufruíram dos parques no ano passado. Isso não é pouca coisa, está certo? É três vezes a população da Cidade de São Paulo. A gente podia concluir de uma forma muito simples, assim: tem shopping e tem parque. O povo vai ou no shopping, ou nas atividades culturais, ou nos parques. Isso custou para os cofres públicos, custaria cerca de R\$ 150 milhões de gasto, porque o gasto com pessoal, o parque tem um administrador e tem uma auxiliar de administração, nem todos. Tem parque que só tem o administrador. Alguns têm um auxiliar de administração ou dois, os parques maiores. O impacto desse custo são 68 administradores nos 107 parques. Não tem um administrador para cada parque. Tem parque que, tem pessoas que administram três parques, a mesma pessoa, não é isso Robson? O impacto financeiro, do custo de mão de obra da administração direta é relativamente pequeno. Mesmo se você somar a água e a luz dos parques,



não é um impacto grande. O impacto é equipe para podar, para limpar, para tomar conta de banheiro, para fazer vigilância. Um parque sem vigilância é a tragédia. Um parque sem vigilância significa depredação na certa, roubo, depredação, vandalismo, que, depois, para ser recuperado. Eu vou dar um exemplo para vocês: o Parque do Aterro de Sapopemba. Quem quiser ir visitar, a gente convida. O parque ficou um mês e meio, ano passado, sem vigilância. Roubaram até as esquadrias das janelas, quebraram as paredes para roubar os canos de dentro das paredes, levaram os vasos sanitários. Foi uma coisa, assim, inacreditável o que fizeram com aquele parque com um mês e meio sem vigilância. Para recuperar aquilo, você imagina o investimento para reformar aquilo tudo. Parece uma bobagem, mas a vigilância, a presença de equipe de vigilância num parque significa preservação da estrutura do parque como parque. Parque não é clube. Muitos parques têm um caráter de clube: têm quadras, têm coisas esportivas, têm ciclovias. Mas parque não é clube. Parque é outra coisa. Parque tem um patrimônio ambiental que ajuda a preservar a vegetação da cidade. Muitos parques têm nascentes dentro, passam córregos dentro, ajudam a preservar as nascentes, ajudam a preservar a biodiversidade, ajudam a preservar o sossego urbano, ajuda as pessoas a se reencontrar com a natureza, parque tem uma coisa a mais. É algo a mais que um clube esportivo ou um clube que a gente está acostumado a ver, um dia a pessoa vai correr, vai isso, vai aquilo. Não estou dizendo, claro, pode-se andar, pode-se correr no parque, pode-se praticar algum esporte nos parques que têm quadra etc., mas parque é mais que um clube. Para quem é ambientalista e sabe da importância, preservar os nossos parques, mantê-los funcionando, mantê-los abertos, com o mínimo de cuidado, é extremamente importante para o equilíbrio ambiental, para os serviços ambientais que a Cidade de São Paulo, essa metrópole. É só ir ali à janela e olhar para lá que vocês vão ver uma amostra do que é a nossa cidade do ponto de vista de concentração. Eu queria, para terminar, dizer que nós estamos reagindo a isso. Não estamos passivos, não estamos chorando na esquina um no ombro do outro. Nós estamos agindo. Como nós estamos agindo? Nós já entramos em 51 dos 80 parques que recebemos em situação difícil, com grandes, médias e pequenas intervenções. Alguns parques precisaram como o Raposo precisou de uma intervenção enorme. Recuperamos o parque inteiro. Outros, com intervenções médias, como o



Parque Nabuco. E outros, com intervenções menores, mas nós entramos em 51, já vai para 52. No dia 6 nós temos um grande mutirão no Parque do Carmo, em que devem participar cerca de 1000 pessoas. Como nós estamos fazendo? Nós estamos juntando os nossos trapinhos com a Secretaria de Prefeituras Regionais, com outras Secretarias que têm nos ajudado. O pessoal da Guarda mesmo. Enfim, juntando tudo o que a gente tem de equipes de dentro da Secretaria, que são poucas, e força-tarefa. Junto com doações de material, porque o que tínhamos de material, o estoque mínimo, zerou e a gente não tem condição de repor o estoque. Então, doações de materiais. Tem lugar que a gente intervém só com doação. Comerciante médio, pequeno, grande. A gente tem pedido doação e as pessoas têm sido solidárias. E com o voluntariado, que tem sido algo impressionante. O número de pessoa no Nabuco: foram 550 pessoas do Programa Mãos que Ajudam, da Igreja Mórmon. Instituições de japoneses, escoteiros, associações de bairro têm vindo com a gente. Organizam. Só que o voluntário não consegue fazer o trabalho pesado de poda, roçagem, que é um trabalho difícil; então, aí entram as equipes de força-tarefa. Estamos ganhando roçadeira, umas roçadeiras velhas e quebradas. Nós temos uma turma que conserta roçadeira. Aí, a gente coloca o combustível, que não é barato, e faz a roçagem dessa forma. São 51 parques que estão em condições, de novo, de serem usados, porque o mato está roçado, etc. e tal, em todas as regiões da cidade (no Centro e na periferia) mas, a situação, não é uma situação fácil. No segundo semestre, eu não sei como nós vamos fazer. Eu espero que a gente consiga sair desse buraco. E têm as outras políticas, eu encerro por aqui. Ontem nós tivemos reunião do Comitê do Clima - é a segunda reunião do ano, já com todo mundo presente. Teve um problema de apresentação da Secretaria de Transportes sobre a licitação dos ônibus, mas ela vai fazer em outro dia. Estamos criando um Comitê de Arborização do Município de São Paulo, com a participação de Governo e da sociedade civil. Estamos investindo na questão da compostagem de resíduos orgânicos, com abertura de mais praças de compostagem. Uma série de coisas estão andando, de outras políticas que nós temos para fazer, mas eu vou repetir, e vou terminar, com a dificuldade imensa. Eu quero externar isso, para vocês terem, pelo menos, conhecimento e aqueles que puderem ser solidários e nos ajudar a caminhar, porque a questão ambiental não é a questão do Secretário nem da sua equipe, nem das instituições. A questão ambiental é a



questão do povo de São Paulo. Nós não podemos deixar a agenda ambiental cair. Nós temos que carregar na mão, mesmo que tenhamos uma dificuldade enorme. Eu sei que não é só um problema da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Eu sei que isso é um problema bastante disseminado em todas as Secretarias, porque nós recebemos um orçamento aquém das necessidades de honrar os compromissos mínimos que a cidade precisa. A verdade é essa. Agora, eu estou falando da minha área. Cada Secretário tem que colocar as suas questões. Eu quero dizer que o Prefeito tem sido extremamente solidário, tem prestigiado a Secretaria do Verde naquilo que ele pode. Ele tem pedido apoio. Por exemplo, sexta-feira, se não cair muita água (se cair, a gente não vai poder fazer) nós vamos assinar com o COPIDOR porque foi um pedido pessoal do Prefeito, a adoção do Parque Alfredo Volpi. Nós já temos, hoje, a adoção do Parque do Povo, do Alfredo Volpi e tem mais dois parques que serão adotados. Adoção é: a pessoa vai lá, a empresa vai lá e paga os serviços: paga o zelador, paga o jardineiro, paga o vigilante, paga por mês aquilo que a Prefeitura deveria fazer. Então, a Prefeitura usa aquele dinheiro para outra coisa. Então, é adoção por um ano. Fora as doações que teve para o Parque do Ibirapuera. Sábado, a gente deve inaugurar as seis quadras totalmente reformadas. Em seguida, o campo de futebol. Já inauguramos dois conjuntos sanitários. Então, essas coisas também têm acontecido, de doações importantes em dinheiro. E o Prefeito tem se empenhado pessoalmente em pedir ajuda para o empresariado, àquelas pessoas que têm mais condições de doar coisas para os parques. É a situação que a gente tem. Esperamos, sinceramente, que possamos romper o ano sem deixar a peteca cair. É o informe que eu queria dar. Passo a palavra para o Ivan, para que ele possa dar continuidade à pauta.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Bom dia, Senhoras e Senhores Conselheiros, sejam bem-vindos. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Passamos ao 1º ponto do expediente, que é a **posse do senhor Fábio Riva e da senhora Janaina Lima como Conselheiros titular e suplente, respectivamente. São vereadores representantes da Câmara Municipal de São Paulo.** Bem-vindos. Pois não.

Cons. Fábio Riva (Câmara Municipal) - Bom dia, Secretário Natalini, colega vereador, os membros da mesa, os componentes desse importante Conselho.



Para mim, é motivo de muita responsabilidade estar representando aqui os 55 vereadores, e que a gente possa através, inclusive, da fala do Secretário Natalini, sabendo das dificuldades e dos desafios da nossa cidade, do desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, que a gente possa aqui, nesse Conselho, principalmente consultivo e deliberativo, que a gente possa, com muita responsabilidade, ter um equilíbrio entre o que é o meio ambiente, o que é o equilíbrio social, principalmente na área de habitação, interesse social, a questão dos parques, porque, muitas vezes, as pessoas mais desfavorecidas da cidade é que sempre sofrem com algumas políticas públicas e que precisam ter através de seus representantes voz no Conselho, ter o direito a voto, para que a gente possa, eventualmente, poder sanar essas desigualdades. A gente sabe que o desafio é grande. O Secretário Natalini já expôs o problema da própria Secretaria. Eu também quero parabenizar, viu Secretário? A gente sabe que não é fácil. Nós lá na Câmara Municipal, em conversa com os Vereadores, que são seus colegas, com toda a sua experiência e toda a sua luta durante todos esses anos, a gente sabe da dificuldade do início desse Governo, mas a gente, com muita criatividade, com inovação, com muita transparência, a gente tem conseguido superar alguns desafios. E a iniciativa privada e a sociedade civil, como um todo, têm entendido o recado dessa nova gestão e tem de uma forma ou de outra, participado. A gente tem os parques lá na região de Pirituba (Jardim da Felicidade, Rodrigo de Gasperi), a gente vê que a comunidade que se utiliza dos parques tem se envolvido principalmente para ajudar a Secretaria na manutenção desses parques. Eu queria dizer que aqui eu sou um aprendiz, principalmente vendo vários atores da sociedade, que vão contribuir. Eu quero também, de uma forma muito humilde, aprender e poder contribuir naquilo que for possível de se conseguir. Essas são as minhas considerações. E também falando em nome da Janaína, que é suplente e que é nova vereadora como eu, e que também tem uma luta de um segmento, do movimento Vem para as Ruas. Eu que venho do movimento oriundo do movimento de moradia; então, a gente tem aqui, com certeza, poder contribuir, com muita responsabilidade aqui pelo Conselho. Muito obrigado e bom trabalho a todos.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Obrigado, Conselheiro. Passamos, em seguida, à **posse da senhora Denise Helena Amad Meira e de Lucilene Aparecida**



Esperante como Conselheiras Titular e Suplente, respectivamente, representando a Secretaria Municipal da Educação. Posse também é do senhor Lucio Fleury de Oliveira Bichara como Conselheiro Suplente, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil aqui no CADES. Informamos que as posses da Secretaria de Educação e do Instituto de Arquitetos do Brasil foram incluídas posteriormente devido à publicação no Diário Oficial no dia 20 de abril, um dia após a convocação da plenária. As posses estão acolhidas, e os Conselheiros considerem-se empossados. E que sejam bem-vindos. Passamos ao 2º ponto, que são informes. Completando o que o Secretário e Presidente deste Conselho, Gilberto Natalini, acabou de dizer, nós informamos que a Secretaria também já retomou o convênio com o Sindicato da Micro e da Pequena Indústria, de maneira a agilizar e orientar melhor esse importante segmento da economia de São Paulo no que tange à obtenção de licença ambiental, quando for o caso. Estamos também levando a efeito as audiências públicas para realização dos RIVIs, que são os Relatórios de Impacto de Vizinhança. Como vocês viram também na última reunião realizada, o PMMA, que é o Plano da Mata Atlântica, está sendo retomado. Outra coisa: o inventário dos gases de efeito estufa também está sendo retomado, está sendo levado a efeito. As câmaras técnicas do CADES (são várias câmaras técnicas) estão com agenda, de maio até agosto, comprometida, para avaliar todos esses projetos que se encontram pendentes. Passamos, agora, para o 3º ponto da pauta, que são sugestões para inclusão na pauta dessa reunião. Se alguém tiver algum ponto de discussão mais à frente, depois de correr o roteiro, a ordem do dia, a gente coloca a essa sugestão em discussão. Alguma sugestão? Pois não, Conselheiro.

Cons. Alessandro Azzoni - Bom dia, Senhoras e Senhores. Alessandro Azzoni, da Associação Comercial de São Paulo. Eu gostaria de deixar também claro que a Associação Comercial, nós temos 15 distritais em toda a Cidade de São Paulo. Nós também deixamos essa possibilidade de realizar convênios com a Secretaria para poder ajudar nesse processo de licenciamento junto com o SIMPI. E queria deixar, Secretário, que a questão da parte de convênio de adoção de parques a gente pode conversar com cada distrital nossa. Tem um grupo de empresariado que é formado e, de repente, a gente pode fazer um grupo de discussão com cada uma das nossas



distritais para ver se a gente pode ajudar numa adoção de parque, para ver se a gente consegue fazer um apoio maior à Secretaria na questão da adoção de parque. Quero também deixar abertas essas duas possibilidades da Associação Comercial: a questão do convênio, já conversamos internamente. Então, está aberto para nós podermos iniciar essas tratativas. Eu queria deixar esse apoio da Associação Comercial à Secretaria do Verde. Obrigado.

Gilberto Natalini (Presidente) - A gente agradece essa possibilidade, Azzoni. E a gente precisa. Se houver condições, de que vocês possam trazer parceiros que possam ajudar a gente a superar essa situação de penúria que nós estamos vivendo, seria extremamente importante. Não só Associação Comercial, que é fundamental, mas qualquer outra entidade, que aqui esteja, e que resolva, por bem, ajudar. Eu só queria informar, acho que é um informe importante: nós estamos informatizando o licenciamento ambiental. É importante vocês saberem disso. Começando pelo licenciamento ambiental industrial. Era para ser entregue o pacote de serviços em junho e aí, por questões da PRODAM, nós vamos adiar para agosto. Então, se tudo der certo em agosto, a gente começa a implantação, começa o funcionamento pelas licenças de baixo impacto. Então, a pessoa de casa ou da empresa pode cumprir as exigências documentais e fazer o seu licenciamento sem precisar da presença física ou papel para lá, papel para cá. Ele põe o papel no computador. Isso é feito em Campinas, e é feito em várias outras cidades, que estão à frente de São Paulo nessa questão. Campinas diminuiu de 360 dias para 30 dias o tempo de uma licença ambiental, só por conta da informatização, do licenciamento. Então, nós estamos caminhando com isso. Isso vai acontecer. Nossa equipe está trabalhando com muito furor para isso acontecer. Outro informe que eu acho importante vocês saberem, tomarem conhecimento, é que nós estamos estudando, analisando um sistema de fiscalização americano. Na verdade, é da Califórnia. São 3 ou 4 empresas que desenvolveram esse sistema e competem entre si no mundo. É um Google microscópico. É muito mais que um Google. Eles desenvolveram uma tecnologia que um satélite dá 200 metros quadrados de precisão. É uma coisa impressionante. Eu vi e eu não acreditei. Aliás, ainda não estou acreditando. Eu sou um pouco velho, eu sou daquele cirurgião que ainda abre a barriga do outro para operar...



Hoje enfia uns caninhos, é até fácil, mas eu tenho um pouco de medo, entendeu? Eu prefiro olhar, pegar com a minha mão. É aquele controle fino... Esse equipamento, nós fizemos teste. O nosso adjunto está acompanhando junto com a equipe toda e nós estamos comprando um piloto, que deve custar R\$ 300.000,00, um piloto, para que ele mostre para a gente o monitoramento de um pedaço da cidade. A coisa é tão precisa, Storopoli, que se você tiver uma árvore aqui e daqui a dois dias não tiver mais, ele fala: "a árvore sumiu daqui". É um Big Brother monstruoso, está certo? Dá até para ver os óculos dos Conselheiros andando pela rua. Então, ninguém mais vai poder desviar de rumo. E ele dá também, além da questão de arborização, que é o que interessa muito para nós, ocupação de margens, terrenos. Se a pessoa começar a construir, o sistema mostra "estão construindo ali". Sem presença física. Isso, por exemplo, para o trabalho da Guarda Ambiental vai ser show, porque eles vão ter um controle. Mostra área de risco, mostra uma porção de detalhes que servem para nós. A gente está pensando em comprar compartilhado com a Secretaria de Habitação, com outras Secretarias que precisam disso, como Segurança Urbana, fazer um pool e teremos, se Deus quiser, esse sistema super modernizado de controle e fiscalização ambiental no município. Importante falar isso para vocês, para que saibam o que está acontecendo. Inclusive, quem quiser se manifestar a favor ou contra, não tem nenhum problema.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Pois não, Conselheiro.

Cons. Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia) - Secretário, esse é o sonho de qualquer engenheiro. Acho até que demorou para a gente ter esse tipo de coisa, até porque dá um tipo de agilidade para a Prefeitura, que não pode depender daquela história da fiscalização - tem carro, não tem carro, tem carro, não tem gasolina, tem carro e gasolina, não tem motorista. A gente dá um pulo adiante. É fundamental colocar isso, não só para Secretaria do Meio Ambiente e da Habitação, mas para todas as Secretarias. São Paulo tem que saber o que acontece com ela. Parabéns.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Dando prosseguimento, a palavra primeiro. Pois não, Conselheira. Identificando-se, por gentileza.

Cons. Andréa Franklin (SMSO) - Bom dia a todos. Aproveitando a informação que o Secretário passou em relação ao formato mais ágil de licenciamento,



eu coloco só para uma reflexão, talvez a gente pensar para os licenciamentos da própria Prefeitura. E aproveitando também essa ferramenta, eu acho que seria interessante que a gente conseguisse repensar o formato dos licenciamentos dos nossos empreendimentos. Hoje a gente tem uma prática de se elaborar estudos ambientais que muitas vezes se repetem (as mesmas informações, várias empresas) e a gente paga um valor absurdo. A gente deveria, no meu entendimento, ter algum instrumento que já nos desse esse banco de dados para que essas empresas pudessem ter uma agilidade na elaboração a um custo menor desse estudo. Acho que é o momento de a gente repensar isso também. Para reflexão do grupo. Não sei se aqui nós conseguiríamos tirar alguma ação em relação a isso, mas é importante que a gente pense.

Ivan Cáceres (Coordenador – Ok, pois não, Conselheira Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - Bom dia a todos. Na verdade, eu só gostaria de confirmar se os informes da região (truncado), porque eu tenho algumas informações da região para passar para essa reunião. É depois? Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Bom, nesse momento seria para discussão de sugestão para pauta; para ser discutida ao final da reunião. Nenhuma sugestão? Só completando, eu queria informar aos Senhores Conselheiros que os estudos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão sendo encaminhados pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente no que compete a ela. E no dia 27 de maio nós vamos fazer um grande encontro dos CADES regionais, que são os Conselhos Regionais de Meio Ambiente, e os Conselhos Gestores de Parques também, para cumprir esses objetivos da Agenda 2030. Esse evento será denominado evento da Região Macro Leste, e vai ser realizado na ETEC de Itaquera. Depois, obviamente, nós vamos enviar convite a todos os Conselheiros do CADES, dos CADES Regionais, Conselheiros Gestores, obviamente, para que fiquem a par dessa retomada dos Objetivos (ODS) no Município de São Paulo, no que compete à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que essa é uma tarefa multi secretarial, que envolve toda Administração de São Paulo. Bom, passamos agora ao primeiro ponto da ordem do dia, que é a deliberação de diretrizes anuais para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e



Desenvolvimento Sustentável (FEMA) para o ano de 2017. Nós fizemos uma breve apresentação do histórico de confecção dessas diretrizes, colocando o que havia sido proposto. As sugestões que haviam lá desde 2015 foram avaliadas e, por final, o José Manuguerra, que é diretor do FEMA, vai fazer uma rápida explanação, para que a gente possa colocar em votação essas diretrizes. Por gentileza.

José Manuguerra (FEMA Diretor) - Bom dia a todos, meu nome é José Manuguerra. Eu sou Diretor do FEMA. Vamos prosseguir. Só para situar os Conselheiros, a Divisão Técnica de Gerenciamento Ambiental, ela está subordinada ao Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas. Obrigado, agora sim. Assim como o CADES, eu e o Edson dividimos aí com bastante harmonia as instalações do DPP e atuamos com bastante sintonia nas nossas atribuições. O FEMA, como os Conselheiros devem saber, foi criado pela Lei 13.155, de 2001, e modificado pela Lei 14.887, de 2009, e a gestão é realizada pelo DPP. Eu separei dois artigos da Lei 14.887. O artigo 60 diz: "O Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável será administrado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A definição anual das diretrizes e a utilização de recursos do FEMA é pré-requisito; portanto, fundamental, para a aprovação de qualquer projeto que seja apresentado ao Conselho do FEMA, ao CONFEMA. Quando nós assumimos a diretoria em janeiro, não tínhamos nenhum projeto em vista. Hoje nós temos quase uma centena de iniciativas sendo estudadas, evoluídas, documentadas. Muitas delas têm processo aberto, estão sob análise constante da equipe do FEMA. Mas, nós precisamos das diretrizes rotineiramente avaliadas e atualizadas para que a gente possa levar todos esses projetos, todas essas intenções e iniciativas que nós temos para a deliberação. Sem isso é impossível a sua apresentação. O artigo 57, eu diria, o mais importante da lei: "Os recursos do FEMA destinam-se a apoiar o desenvolvimento de planos, programas e projetos". Eu faço questão de frisar aqui em negrito essa redação, ela se repete em várias das 24 diretrizes apresentadas aos Conselheiros. Ela atende integralmente ao que reza o artigo 57 da lei: planos, programas e projetos que visem o uso racional, sustentável, de recursos naturais, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade



ambiental e pesquisa e atividades ambientais. Além disso, o fortalecimento do controle, fiscalização e defesa do meio ambiente. É importante frisar que isto é o que norteia os objetivos do FEMA. O FEMA não existe senão para atender estas deliberações. Naturalmente isso é muito amplo. O meio ambiente permeia todos os aspectos da vida humana; então, ficaria fácil encaixar qualquer coisa que atenda a esses dois itens do artigo 57. Por isso a necessidade de haver diretrizes. As diretrizes também são amplas; porém, um pouco mais específicas do que reza a lei. Em 2015, foi promulgada a Lei 13.204, também conhecida como MROSC, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O FEMA realiza diversos convênios com entidades da sociedade civil e, portanto, ele deve também atender essa lei que entrou em vigor a partir de janeiro de 2017. E por que eu estou colocando esses dois itens do artigo 2º em tela? Ele determina com clareza o que é uma atividade e o que é um projeto, segundo o Marco Regulatório. Atividade é um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela Administração Pública e pelas organizações da sociedade civil. Atividade é um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente. Isso é importante. Projeto é um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses da administração pública em conjunto com as organizações da sociedade civil. Muito bem, Senhores Conselheiros. O FEMA não atende atividades continuadas, atividades permanentes, de modo contínuo. Não atende. O objetivo do FEMA é a realização de projetos, que têm início, meio e fim, que tenham alguma entrega pontual. Isso é muito importante frisar, porque a gente respeita a lei. Eu trouxe dois artigos da Lei 14.887 e mais o artigo do Marco Regulatório. Nós atendemos a lei. A gente não propõe nada que seja diferente disso ou que de qualquer forma fira essas deliberações. Então, o que foi mostrado até então, essa redação é muito precisa e ela se repete em várias diretrizes. Nós recebemos recentemente um trabalho que foi desenvolvido recentemente por Conselheiros do CADES em 2016. E, lamentavelmente, recebemos recentemente e só pudemos fazer essa análise também recentemente. Tivemos duas reuniões intensas, mas muito produtivas, em que nós discutimos item a item da diretriz, com as considerações que o



grupo de trabalho já havia discutido no trabalho realizado em 2016 e com a proposta que o DPP havia feito. Foram duas reuniões bastante produtivas e dela saiu o documento que foi enviado a vocês. Em termos resumidos, o grupo de trabalho separa as 24 diretrizes em seis temas principais, a saber: Áreas Verdes, Educação Ambiental, Água, Consumo e Descarte Sustentável, Mobilidade e Mudanças Climáticas. Dessa forma nós entendemos que as diretrizes se tornam um instrumento mais simples e mais direto de entendimento do que pode ou não ser custeado por recursos do FEMA. E as 24 diretrizes foram divididas nesses seis temas. Elas abraçam justamente o conceito de planos, projetos e programas no entendimento do Marco Regulatório, que são atividades pontuais, com início meio e fim. Eu tenho a redação das 24 diretrizes, que é uma cópia *ipsis litteris* do documento que foi enviado aos Conselheiros. Acredito que não seja necessário repassar uma a uma. Basicamente é isso. Tem mais 88 slides, mas eu acredito que vocês não queiram assisti-los. Brincadeira. Basicamente é isso. Então eu gostaria de passar a palavra ao Coordenador Ivan e prosseguir com a deliberação das diretrizes para a utilização do FEMA para 2017. No final deste ano, nós esperamos realizar uma nova rodada de análise e reuniões para melhorar as diretrizes para o exercício de 2018 e, assim, sucessivamente. É um trabalho de melhoria contínua, que a gente precisa e gosta de dividir com o CADES. Muito obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Muito obrigado, José Manuguerra, Diretor do FEMA. Senhor Secretário, Senhor Presidente, vamos abrir neste momento a palavra às considerações dos Senhores Conselheiros para, na sequência, colocar em votação as diretrizes do FEMA para 2017. Por gentileza, pela ordem: a conselheira Cristina, Sueli e depois a Conselheira Ângela. Por favor.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE – Sul 2) - Bom dia, Cristina, SAJAPE, da Sul 2. Eu preciso, para começar, agradecer pela consideração que a gente recebeu em relação ao questionamento que a gente fez. Agradecer ao Ivan pela paciência que teve com os nossos questionamentos, ao Manuguerra, que realmente fez conosco duas reuniões muito produtivas e muitos sensatas. Quer dizer, a gente teve reuniões muito ponderadas, muito sensatas, que permitiram que a gente tenha essa garantia e essa sacada do Manuguerra com relação à regulamentação das OSCs. Isso foi muito interessante. Isso permitiu dar um norte muito claro e incontestável. Agora a



gente tem uma clareza com relação ao que pode e o que não pode. Essa classificação em áreas obedeceu ou respeitou o que o grupo de trabalho tinha formulado; então, também agradeço pelo respeito, pela consideração ao trabalho desse grupo, que realmente foi um trabalho sério e bem orientado pela diretora da UMAPAZ à época. Eu gostaria de frisar que isso aqui foi no trabalho feito por Conselheiros do CADES, mas com o apoio de alguns Conselheiros do FEMA. E aí eu peço licença ao Natalini e ao Ivan para passar a palavra para a Magna, que faz parte do FEMA e trabalhou com a gente nesse grupo. Porque isso daqui vai salientar que nós não estamos fazendo uma coisa descasada no FEMA. O Manuguerra é Diretor do FEMA, e é importante que a gente saiba que no FEMA também havia essa contestação. Então, Ivan, se eu puder passar a palavra para Magna, eu agradeço.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito. Com a palavra, Magna. Por gentileza, Magna, identifique-se por favor, para efeito de ata.

Magna Carvalho (Ciranda) - Magna Carvalho, Conselheira do FEMA, pela Ciranda. Eu só tenho mesmo a agradecer, porque esse trabalho foi muito importante. A gente sabe das dificuldades que tivemos com a aprovação de coisas que a gente não aprovou, mas que acabaram sendo aprovadas no FEMA no ano passado. E, agora, a gente tem essa oportunidade de ter um caminho sensato e realmente dentro da lei. Só tenho mesmo a agradecer que a gente tenha sido ouvido e que as nossas propostas tenham sido aceitas. Obrigado.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE – Sul 2) - Com relação a essa proposta, eu não tenho nenhuma consideração a mais. Eu gostaria de depois voltar a um questionamento. A um questionamento, não, a uma informação que o Natalini deu. Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito. A próxima Conselheira, por favor, identificando-se.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - Eu tenho duas observações: uma, em relação ao tema: consumo e descartes sustentável, que cita o apoio a planos, programas e projetos - implantação de Ecopontos. Eu queria entender como a Secretaria do Verde vai fazer, vai poder fazer essa contribuição. Eu gostaria de entender como a Secretaria do



Verde, responsável por preservar as áreas verdes, também vai trilhar nesse caminho do Ecoponto. Só para entender, já que a gente está tão sem recursos, para fazer as outras coisas que são pertinentes à Secretaria. Uma outra questão é a ausência total de apoio a incentivo às hortas urbanas como meio de preservar as áreas públicas, que também não consta aqui. Eu li todos eles duas vezes e não encontrei em nenhum deles o apoio e incentivo à utilização de áreas públicas com hortas urbanas para a preservação dessas áreas. É isso.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Pois não, Ângela. Pela ordem, a Ângela.

Cons. Ângela Branco (SMSU) - Primeiro parabenizar, porque a gente conseguiu chegar num consenso e utilizar aquele trabalho que o CADES já havia realizado e do qual a Secretaria de Segurança Urbana participou intensamente com o grupo. Então, ao retomar aquela forma que a gente tinha sugerido, acho que ficou bastante interessante. No entanto, eu gostaria só de fazer uma observação, porque nós temos, reiteradamente... Esse é o quinto ano que nós pedimos que para o item 7: fortalecimento do sistema de fiscalização e controle pela SVMA, volto a informar, em 2013, 2014, 2015, 2016 e agora em 2017, nós fomos acolhidos em todos os anos por unanimidade pelo CADES pedindo a inclusão da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Eu gostaria de explicar do que nós estamos falando. Pode assustar um pouco quando se fala em Secretaria de Segurança Urbana, considerando que essa Secretaria tem em seu corpo a Guarda Civil Metropolitana, que tem um efetivo de mais de 6 mil pessoas. Então, pode assustar, mas não é disso que nós estamos falando. Nós estamos falando de uma parte muito específica da Guarda Civil Metropolitana, que é a Superintendência de Defesa Ambiental. Essa Superintendência foi criada por decreto no final de 2014. Para quem não conhece, nós temos aqui dois inspetores. Por que as pessoas não conhecem essa guarda? Porque essa guarda não fica na área urbana, ela está lá nas 18 Prefeituras Regionais, defendendo a fauna, a flora, fazendo as operações. É essa guarda, que tem hoje um efetivo de mais de 360 pessoas, entre homens e mulheres, com mais de 30 viaturas que ficam percorrendo e detectando uma ação lesiva ao meio ambiente de forma preventiva. Porque elas estão no território. Elas atuam de maneira preventiva. Elas estão no território, elas estão detectando. E, ao



detectar, elas informam os órgãos. Elas informam a Prefeitura Regional. Ela informa a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Ela faz fiscalização ambiental, sim. É missão, está dentro dos instrumentos legais. Só que a fiscalização ambiental que ela faz, ela é de forma preventiva e complementar à que Secretaria do Verde realiza. Então, nesse sentido eu reitero a nossa solicitação, porque eu até estranhei, porque, no último documento que nós fizemos e que tinha esse formato, constava a Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Nós encaminhamos os e-mails solicitando a inclusão e, para nossa surpresa, quando recebo novamente a Secretaria não aparece. Então gostaria que os Conselheiros apreciassem a nossa solicitação, verificassem se é pertinente ou não e, caso concordem, nós gostaríamos e podemos, até para evitar qualquer mal entendido, que é toda a guarda, agora Defesa Civil, também está na Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Então para evitar mal-entendidos: Defesa Civil não faz fiscalização, quem faz é essa Guarda, mas a gente sugere que ao invés de ficar Secretaria Municipal de Segurança Urbana, ficaria Superintendência de Defesa Ambiental da Secretaria Municipal de Segurança Urbana ou da Guarda Civil Metropolitana da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Eu tenho aqui, eu tive que explicar, porque, às vezes, as pessoas não entendem direito. As pessoas acham que a Guarda não fiscaliza. Um outro problema que foi muito bem mencionado pelo Secretário Natalini é a falta de recursos. Todas as Secretarias padecem da falta de recursos, e a nossa Secretaria, em especial, boa parte do orçamento, praticamente a totalidade do orçamento é para bancar a folha de pagamentos; então sobra muito pouco para implementarmos qualquer nova ação. É muito importante que essa guarda seja estruturada e tudo o que nós fazemos na SUDAM, que a sigla dela, nós fazemos com o Verde. Não tem nenhuma ação que não seja discutida com o Verde. Ela é feita de forma complementar. Lembrando que ela está lá nas operações de Defesa das Águas, ela que faz o resgate de animais silvestres, ela que coordena o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres, e ela que propôs a implantação da Central de Monitoramento de Áreas Ambientais Prioritárias. Eu comentei esse projeto, Secretário, porque esse projeto foi discutido inclusive como Verde. E eu fiquei muito feliz de o senhor ter informado que agora realmente parece que vai ocorrer, porque era



justamente uma ferramenta. Nós tivemos reuniões com o Google já em 2014 para buscar essa ferramenta, chama ferramenta de detecção de mudança; então, nós fizemos um termo de referência. O termo de referência possibilitava desde a contratação de empresa, que tem uma empresa que faria usando imagens de satélite e disponibilizando, ensinando os técnicos como usar essa ferramenta. Tem outra empresa que é a Airbus, que ela faz já direto. Ela faz a detecção e já mandaria a imagem com a detecção de mudança. Ou, então.. o Google na ocasião não estava trabalhando e agora eles estão fazendo. Então, para gente, nós ficamos muitos felizes de saber que finalmente essa ferramenta vai ser empregada no território, porque ela é simplesmente fantástica. Desde 2014, nós estamos insistindo para que ela seja implementada, principalmente na operação Defesa das Águas. Mas eu gostaria de salientar mais uma coisa: a detecção nós fazemos. É feita por ferramentas, por imagem Google, até do pretérito. Tem uma possibilidade de fazer com aquelas fotos antigas de sobrevôo. No entanto, se nós não tivermos o fortalecimento do sistema de fiscalização, que é o homem lá no campo e atuando - não estou falando atuando, não é para ele estar com um auto de multa na mão -, mas detectando, informando e os outros órgãos comparecendo para fazer o auto de notificação e dar continuidade e finalizar com auto de multa, não vai adiantar nada, porque isso já tem um bom mapeamento do trabalho de campo. O que precisa, realmente, é fortalecer o sistema de fiscalização no campo. Eles estão lá, eles estão detectando prontamente. Alguns casos são eles que impedem que o problema se alastre. Eu gostaria, eu acho que esse pedido, na verdade, nem precisaria constar, porque é um órgão da Prefeitura. Aliás, dentro do artigo 57, quando fala em defesa do meio ambiente quem faz defesa do meio ambiente é justamente a Guarda Civil Metropolitana Ambiental. É a missão dela, tanto é que o nome é Superintendência de Defesa Ambiental. Então nós não entendemos por que precisamos insistir todos os anos que essa Guarda seja contemplada nesse sistema. Entendo que nem precisaria, volto a falar, mas eu insisto, porque eu acho que é o fato de reconhecer. Já basta.. eles não estão presentes, pessoas não visualizam porque eles estão fazendo o que tem que ser feito: evitar o desmatamento, evitar a queimada, a caçada. É isso que eles estão fazendo. Eu gostaria que eles fossem considerados nesse processo, reconhecidos, porque à medida que fala que eles fazem parte do



sistema de fiscalização é o reconhecimento do trabalho deles, que é um trabalho duro, viu? Usar essa farda aí no verão, não é para qualquer um. Fazer o trabalho que eles fazem, não é para qualquer um; o treinamento que eles recebem, são só eles, e nós temos hoje o efetivo de mais de 360 guardas. Então, nesse sentido, eu insisto. É claro que vai ficar para a apreciação do Conselho incluir no item 7 a Superintendência de Defesa Ambiental da Guarda Civil Metropolitana da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Obrigada.

Gilberto Natalini (Presidente) - Só para esclarecer à Sueli. Ecoponto, você perguntou por que estão constando os Ecopontos? Na verdade, os Ecopontos eles são em primeiro lugar das Prefeituras Regionais, depois da AMLURB. Mas você tem uma interface muito grande com a Secretaria do Verde. Então, à nossa maneira - não é que nós vamos assumir os Ecopontos - à nossa maneira, na educação ambiental, na discussão parceira com as outras instituições que são responsáveis pelos Ecopontos, nós vamos atuar também, sim. Como nós estamos atuando com as composteiras de feira e resto de feira, porque nós temos. São cinco composteiras, quatro composteiras para serem implementadas. Foi implementada uma na gestão passada e a gente tem trabalhado de uma maneira na questão dos resíduos orgânicos. Então, a nossa presença junto com a AMLURB, com a Secretaria de Prefeituras Regionais, é muito intensa, então o motivo de estar escrito aí é a questão dos Ecopontos. Não é que nós vamos assumir os Ecopontos. Não se trata disso. É participar da ação junto à questão dos resíduos sólidos que tá ali entre uma das seis diretrizes. Com respeito à Guarda, eu gostaria de agradecer muito a todas as Secretarias da Prefeitura, que têm sido muito parceiras nossa. Eu não posso reclamar de ninguém. Todos têm sido muito parceiros. Quando a gente pede, têm estado presentes todos os Secretários, o seu corpo de colaboradores. A gente não pode aqui, nós do Verde não temos o direito de reclamar de ninguém. Uns ajudando mais, outros um pouco menos, mas, no geral, a ajuda tem sido grande. A gente resolve assuntos importantes com um telefonema para uma determinada área de um Secretário ou de outro. Agora, a Guarda Civil Ambiental tem um papel muito especial. Ela tem sido a companheira de todas as horas. Nós já impedimos mais de 50 ocupações irregulares tanto nas áreas de mananciais quanto em outras



áreas da cidade na APA da Serra da Cantareira e outros terrenos que têm vocação para defesa ambiental. Nós temos conseguido, junto com a Guarda, fazer um trabalho. Isso a gente tem que tirar o chapéu: sempre disponíveis, sempre presentes, e a gente tem dado orientação para nossa equipe que nós estamos reestruturando o DGDs. Não conseguimos chegar ainda aonde gostaríamos, mas tivemos uma luta danada para colocar os AMAs de volta nos DGDs para a fiscalização, arrumar local para os DGDs se instalem. Estamos comprando uma quantidade grande de material de informática, de computador, para modernizar a fiscalização nossa. Parte importante desse material vai para os DGDs. Conseguimos disponibilizar um carro com motorista para cada um dos dez DGDs. Não tinha um carro, o carro era eventual. Agora tem o carro à disposição para eles fazerem fiscalização. Temos aumentado bastante o número de fiscalização ambiental e mesmo de multas, quando necessário. O sujeito desmatou, tirou 90 e tantas árvores na Pedreira, levou uma multa. Agora está vendo que tem autoridade ambiental na cidade. E a Guarda tem sido parceira da primeira hora. Eu gostaria muito que pudéssemos colocar essa deferência à Guarda. O Ivan está dizendo que se colocar a Guarda nós teríamos que colocar a CETESB, colocar o IBAMA, que também são parceiros nesse sentido. Então eu queria pedir, eu gostaria muito fazer esse sinal, essa deferência à Guarda Ambiental. Então, se vocês aceitarem, *ad referendum* aqui no CADES, se houver um método, uma forma de, dentro da estrutura legal, a gente colocar *ad referendum*, e vamos discutir com a Secretaria, fazer esse passo sem que haja prejuízo de outras instituições, além da Guarda, claro. É claro que a Guarda é parceira, tem sido parceira de primeira hora. Eu vou repetir: já fizemos desfazimento em dois ou três loteamentos imobiliários criminosos na Zona Sul, na Zona Norte. Criminoso, com gente de dinheiro loteando, desmatando. A Guarda foi lá junto conosco, agiu, junto com a nossa equipe de fiscalização. Isso tem sido retomado. A pressão sobre áreas verdes da cidade, ela é brutal, ela é mortal, tanto de gente muito de cima, quanto de gente necessitada, que precisa morar e que está lá embaixo e que nós precisamos direcionar essa necessidade de moradia para outras áreas que não sejam as áreas de preservação, porque se não daqui a pouco, pela crise, pela necessidade premente de moradia, nós não vamos ter mais preservação de área verde em São Paulo. Esse equilíbrio é um equilíbrio difícil, e a gente tem



de ter muito bom senso. Agora, margens de represa não dá para ocupar mais, não tem mais como. Se nós tolerarmos isso, nós estaremos acabando com os mananciais. Então tem toda uma discussão que a gente tem feito e temos agido de uma forma tranquila, democrática, conversando, recebendo, dialogando. Houve uma ocupação em um clube da Zona Sul chamado Aristocrata, que foi desapropriado para ser um parque. Uma ocupação grande que foi feita lá e que o pessoal foi saindo só no diálogo, só na conversa, na discussão, no cadastramento, sem precisar cumprir a ordem judicial de desocupação que o juiz tinha determinado. E a gente conseguiu na negociação evitar qualquer tipo de confronto. Então, eu queria colocar isso. Eu queria também aproveitar para agradecer o reitor da UNINOVE, que está ali, porque ele cedeu para nós o estúdio dele altamente moderno de televisão e rádio da Universidade e nós estamos conseguindo fazer a nossa programação educativa da TVER Sampa lá, utilizando gratuitamente, em convênio com eles, utilizando o estúdio de gravação deles. Eu gostaria de fazer um agradecimento pessoal.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Pela ordem, a Conselheira Cristina. Na sequência, Conselheiro Fábio Riva, depois da Conselheira Ângela e a Conselheira Sueli.

Ângela Branco (SMSU) - Só um retorno, um feedback, porque o pedido foi que o Conselho avaliasse. Nós temos que lembrar que nós estamos no Conselho Municipal; então, não tem que ouvir IBAMA, Estado. Nós estamos na Prefeitura. A Guarda Civil Metropolitana é uma estrutura complementar da Prefeitura e certamente alguém do IBAMA aqui não teria que opinar o contrário, não. Eu explanei os motivos. Teriam muito mais. O tempo é curto, não vou tomar o tempo dos Senhores, mas ficou essa solicitação para apreciarem. E como eu falei, no passado não houve problema e realmente a gente não entende por que está se tendo tanto problema. No entanto, fica esse pedido. Se os Senhores acharem que é passível de não discussão, não discutir, tudo bem. Eu infelizmente tenho que sair, tem uma reunião para proteger (vozes sobrepostas) O Inspetor Gonçalves, meu suplente, ele assume porque realmente eu estou muito atrasada.

Gilberto Natalini (Presidente) - O que eu pedi aqui não foi dizer sim ou não, não é isso. O que eu pedi é que o Conselho permitisse *ad referendum* que



nós pudéssemos conversar com vocês *a posteriori* para amadurecer a forma de fazer. Ficaria aberta à aprovação de colocar, para a gente conversar com você e, como nós quisermos conversar com outros, a gente conversar e ver a forma mais correta para a gente superar aquilo que eventualmente não colocou aí. Eu estou fazendo uma proposta de encaminhamento, eu, pessoalmente. Eu repito aqui o meu respeito e a minha reverência à Guarda Ambiental. Eu sou favorável, só estou buscando uma maneira de fazer para que daqui a pouco a gente não seja pego de calça curta. *Ad referendum* o Conselho permite e nós vamos conversar a forma de colocar. É isso que eu estou propondo. Ah, pois não.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Prosseguindo, Conselheira Cristina e depois o Conselheiro Fábio.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE – Sul 2) - O comentário da Sueli levanta duas questões importantes. Em primeiro lugar, qual é a participação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente na questão dos Ecopontos. E aí, Natalini, eu peço que a Secretaria se envolva mais nas decisões da AMLURB, porque, por exemplo, os projetos de compostagem já existiram. Já tivemos projetos de compostagem no Ecoponto que depois disso, porque o contrato da AMLURB não permitia, o projeto não pode ter continuidade. Os Ecopontos são um local perfeito, as feiras também, mas os Ecopontos recebem resto de poda e esses restos de poda podem ser reaproveitados no próprio Ecoponto, diminuindo o número de viagens para o aterro que as concessionárias têm que fazer para levar esse mesmo material, que pode ser reaproveitado, para lotar os aterros. Agora isso depende de a Secretaria intervir; então nós temos, por exemplo, agora estão sendo negociados os contratos de renovação das concessionárias lá no nosso Ecoponto. Você sabe: nós tivemos um projeto exemplar de compostagem que a gente fez com recursos do FEMA e que depois não pôde ter continuidade porque o contrato que a AMLURB faz com as concessionárias, sem a participação da Secretaria, impede. Então tem, sim, uma interface muito importante não na implantação de um Ecoponto, mas no funcionamento de um Ecoponto. Todos os Ecopontos poderiam ter o projeto de compostagem lá dentro, poderiam ter projetos de reaproveitamento da madeira que chega lá, poderiam ter um projeto de reaproveitamento da tinta que as pessoas levam para lá e que a lata vai com tinta para o aterro. Então, tem uma série



de questões que tem uma interface clara com o Meio Ambiente e que, infelizmente, porque não participa da discussão na AMLURB a gente fica a ver navios. A gente perde material reaproveitável que poderia servir para a própria Prefeitura. Aliás, no nosso projeto a Prefeitura usou composto que a gente produziu lá para cuidar dos parques. Isso é uma questão. A outra questão, eu vou pedir para o Manuguerra voltar a essa questão que você colocou, Sueli, sobre obras. Um dos grandes problemas que nós tivemos no FEMA foi o financiamento de obras - agora aqui está dito: planos, projetos, e qual é o terceiro? É que não prevê obra porque, na verdade, a obra você não financia. Eu não falo de obras públicas (vozes ao fundo) ah, hortas. Desculpe, desculpe, eu ouvi errado. Sendo um projeto que tenha plano, programa e projeto, isso aqui pode ser financiado pelo FEMA. Fora isso, não. É essa brecha, essa sutileza que a gente não pode perder na hora de aprovar os projetos do FEMA, as verbas do FEMA. Então, qualquer coisa que se encaixe... eu realmente entendi que você estava falando de obra. A gente precisa deixar muito claro, Manuguerra, porque senão vão haver brechas. A gente vai ter que resolver sutilezas no FEMA. E isso precisa ficar muito claro, para não recair nos problemas que a gente teve no passado e que tem, viu, Natalini, você sabe, tem inquérito civil em curso no Ministério Público por causa disso. Não sei até que ponto vai, porque o nosso Ministério Público também não é nenhuma Brastemp, mas está lá. A Secretaria foi notificada, tem processo em andamento. E essa causa desse processo é que a gente não pode deixar repetir. Eu vou ter também que sair mais cedo, eu pedi licença para o Natalini. Você falou na agenda das câmaras técnicas e eu queria pedir que isso fosse divulgado, porque eu estou em duas câmaras técnicas e eu não sei como está essa programação. E com relação à solicitação da Ângela, da parte da SAJAPE, concordo plenamente com o Natalini. A gente tinha que dar um jeito de colocar. Eu não sei, a gente tinha representante aqui da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, não sei se não tem mais, mas havia. Então não é só uma questão municipal, mas eu apoio integralmente a demanda da Ângela, entendeu? Acho que tem que fortalecer, acho que tem que dar evidência, dentro do Conselho, da importância dessa Superintendência. É isso, obrigada. Eu vou pedir desculpas de novo, porque eu tenho uma questão pessoal de saúde, que eu tenho que sair. Obrigada.



Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Conselheira. Por gentileza, Conselheiro Fábio Riva.

Cons. Fabio Riva (Câmara Municipal) - Eu só queria fazer uma consideração com referência ao tema áreas verdes, item 2. Porque quando a gente fala em apoio às políticas habitacionais, acho que a gente até poderia implementar no sentido do incentivo às políticas habitacionais, porque, até pegando um pouco da fala do Presidente Natalini, muitas vezes as pessoas entendem que a política habitacional é adversária da política ambiental. E ela não é, muito pelo contrário. Elas são complementares, porque, quando você pensa na cidade como um todo, principalmente na questão social, e do acesso digno à moradia, muitas vezes parece que as pessoas estão infringindo a lei ambiental. E não. Muito pelo contrário. Todos os projetos da Secretaria que, eventualmente, têm aí o seu parecer acerca desses conjuntos habitacionais, e mais do que isso, acho que o programa de regularização fundiária também acho que a gente tem que trazer à baila, que ele também ajuda principalmente na condição digna de moradia e faz com que as pessoas tenham essa cidadania sendo exercida, inclusive melhorando a questão dos resíduos sólidos, da forma como olha a cidade e olha o meio ambiente. Eu só fiz essa consideração porque muitas vezes a gente se depara com esse trabalho conflitante entre habitação, principalmente de interesse social. E o Vereador Gilberto Natalini conhece muito bem principalmente as franjas da cidade e sabe diferenciar muito o que é área de manancial, o que é área dentro da cidade que realmente necessita dar para as famílias, principalmente dos movimentos habitacionais por condições dignas não só aquelas que existem no centro da cidade, nos lugares mais nobres, mas na periferia também. Então eu acho que o nosso trabalho aqui, Secretário, o senhor deixou muito bem claro, acho que é da gente ter um equilíbrio muito sério, de um problema muito sério, que a cidade de São Paulo vive. E, quando a gente começa a entender que todos os atores, todas as Secretarias, possam olhar para os movimentos de moradia, para as pessoas que precisam morar com dignidade, respeitando todas as legislações pertinentes ao meio ambiente, e essas pessoas conseguem ser enxergadas com olhar muito mais humano, a gente consegue resolver muitos problemas da



cidade, principalmente com relação ao meio ambiente. A gente precisa ter muita cautela, muita responsabilidade, principalmente quando a gente apoia as políticas habitacionais, mas, mais do que o apoio, a gente precisa ajudar a incentivar também, para que a gente possa, através da política habitacional, com respeito ao meio ambiente e a dignidade das pessoas em primeiro lugar. Acho que são seres humanos que precisam, sim, morar com dignidade, precisam respeitar o verde, o meio ambiente, mas precisam ser olhadas com olhar de cada um de nós. Essa seria a minha consideração, no sentido de também incentivar as políticas habitacionais e necessárias à implantação. E mais do que isso: a conservação das áreas verdes e a proteção da relevância ambiental.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Maravilha, Senhoras e Senhores. Precisamos colocar em votação as diretrizes, então, pela ordem, Walter e Sueli. Sueli primeiro? Então, por gentileza, Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - A questão das hortas não foi respondida, então eu quero fazer uma sugestão: para que no item 15, no tema consumo e descarte sustentável, seja complementado. Ficaria apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de baixo impacto, incluindo as hortas urbanas, porque aqui está falando de consumo de baixo impacto. A horta urbana é uma produção de baixo impacto e que beneficia centenas de famílias nas bordas da cidade.

Gilberto Natalini (Presidente) - Acho que você tem toda razão. Houve o prêmio da Fundação Bloomberg para a Prefeitura de São Paulo, baseada numa lei nossa de merenda orgânica nas escolas municipais. Esse prêmio é de US\$ 5 milhões e vai ser entregue a São Paulo. Nós estamos, o Ivan tem participado pela Secretaria do Verde com outras Secretarias envolvidas. E nós estamos numa discussão, com a Secretaria de SMADS, com a Secretaria de Prefeitura Regionais, das hortas orgânicas e ampliação. Aliás, hoje o Ivan cedeu o mapa que nós levantamos de todas as hortas orgânicas que tem no Município, porque a Globo vai fazer uma matéria para o Jornal Nacional. A gente está discutindo isso e nós estamos discutindo com Eletropaulo a cessão dos baixos dos linhões para plantio de árvores. A decisão, a Eletropaulo já concordou. Só está discutindo o lugar exatamente que vai fazer, para não ficar muito baixo e tal - as hortas



orgânicas estão dentro. Então, nós temos debatido muito o incentivo à agroecologia. Se não está de certa forma aí, como é que se fala, contemplado, acho que teria que arrumar uma maneira de citar essa questão da agroecologia e da arborização de uma forma mais específica, porque são duas bandeiras nossas, arborização e a agroecologia, que nós estamos tomando na mão para fazer de uma forma muito rápida. Estivemos duas vezes em Parelheiros visitando os agricultores orgânicos, buscando áreas para ampliar o plantio de hortas orgânicas. Estivemos lá. Então, a gente está dedicando um tempo, energia e trabalho. Inclusive esse dinheiro da Bloomberg, a parte que couber ao Verde, nós vamos fazer para financiar formação técnica de agroecologia no Município de São Paulo, tamanha a vontade que a gente tem de fazer isso avançar. Acho que deveria haver no texto, acatar a questão de ordem da Sueli no texto e ver uma maneira de a gente incluir nas diretrizes a palavra arborização e a palavra agroecologia. Tem que ver o local exato para colocar, mas acho que ela tem razão. É um assunto de suma importância que a gente deveria fazer constar no texto. Eu concordo com o questionamento da Sueli, é só uma questão de procurar o canto para colocar, contemplar. O Walter Pires tinha pedido a palavra, acho que podemos ceder a palavra para o Walter. Em seguida, nós vamos passar para votação do assunto na pauta.

Cons. Walter Pires (SMC) - Primeiro parabenizar o trabalho que foi realizado, organizar em temas principais, as propostas do FEMA e a planilha que foi elaborada mediando as duas versões do texto. Realmente muito fundamental para todos conhecermos melhor essa proposta. Eu encaminhei uma sugestão por e-mail, num horário um pouco inconveniente, mas acho que tem dois tópicos que eu gostaria de destacar, talvez uma proposta de revisão de texto, se pudesse talvez pensar. É o tema de áreas verdes, item 2, exatamente, a questão da política habitacional. Acho que poderia haver uma mudança...(vozes ao fundo), talvez ficasse mais preciso o texto. A minha sugestão é apoio à implantação de áreas verdes e à proteção de áreas de relevância ambiental no âmbito das políticas habitacionais. Acho que ficaria uma relação mais direta. O que o FEMA poderá apoiar são projetos, programas relativos à implantação de áreas verdes em políticas habitacionais. Ficaria uma redação um pouco mais precisa, a meu ver. Em



relação ao item 7, eu também concordo com a solicitação da Conselheira Ângela, de GCM, talvez na linha que o Secretário estabeleceu: definir uma aprovação e negociar a inserção, mas precisa desse item, de acordo com a legislação, mas acho que poderia ser mais uma coisa no sentido de fortalecimento do sistema de fiscalização pela SVMA, incluindo as ações compartilhadas com a GCM ou em consonância com as ações da GCM, na medida em que é um Conselho Municipal, com recursos municipais. Claro que tem a presença do IBAMA, do Estado, mas acho que seria fortalecer planos e projetos que auxiliassem na fiscalização feita pela SVMA e pela GCM. Acho que perfeitamente pode ser compatível essa inclusão. Outra sugestão seria no item mobilidade. O item 16, exatamente. Eu tinha comentado com o Manuguerra esse item. Primeiro, apoio a programas de campanhas para uso de energia renovável - a única vez que aparece esse termo nas diretrizes - no sistema de transporte coletivo, ok, a mobilidade, em edificações e demais sistemas urbanos; portanto, é uma diretriz bastante abrangente, não apenas vinculada à questão de mobilidade. Estava olhando aqui, talvez uma possibilidade seria transferi-la para o item seguinte, que é mudanças climáticas, que é bem mais abrangente. Talvez pudesse incluir toda essa discussão de energia renovável e (ininteligível) ... mudanças climáticas, enfim. Aí é uma dúvida: indo mais à frente, no item 23, por favor, fiquei um pouco em dúvida com relação a essa redação. A proposta é apoiar planos, programas e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao controle do adensamento construtivo e ao controle da impermeabilização do solo, com objetivando, aí, sim, a diminuição das ilhas de calor urbano. Do jeito que está colocado, parece que vai se apoiar planos e projetos para a consequente produção de ilhas de calor urbano. Acho que é uma questão de redação um pouco imprecisa. Talvez, então, a sugestão fosse - me deixe ver aqui - apoio a planos, programas etc. relacionados ao controle do adensamento construtivo e da impermeabilização do solo, com objetivo de reduzir a produção de ilhas de calor urbano, alguma coisa nesse sentido. Acho que ficaria mais preciso. Também queria registrar o apoio a essa política desse piloto, desse sistema de detecção via satélite dessas áreas verdes e dos impactos, até porque no caso da Secretaria Municipal de Cultura o CONPRESP tem uma série de áreas, parques e áreas vegetais tombadas



também. Então esse controle facilitaria também o trabalho de fiscalização do patrimônio histórico do CONPESP e do próprio CONDEPHAAT. Eu e o Marcos Moliterno somos Conselheiros do CONDEPHAAT. A Secretaria de Estado da Cultura também está implementando o programa de controle de cadastramento digital dos bens tombados no Estado de São Paulo; então, a confluência desses sistemas todos será realmente uma política pública integrada muito relevante.

Gilberto Natalini (Presidente) - Vou pedir ao Ivan e ao Manuguerra que possam levar em consideração essas questões que ele levantou, porque algumas coisas que ele falou são questões que necessitam de mudança na ordem de texto. O Ivan anotou aqui e não tem nenhuma contradição com o que está colocado. Acho que não tem problema nenhum, é convergente. Eu passaria para o Ivan, para a gente executar a votação antes que os Conselheiros comecem a correr da chuva.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Bom, Senhoras e Senhores, levando em respeito às considerações colocadas, nós vamos avaliar posteriormente. O que for pertinente, certamente... tem essa questão da agroecologia e da arborização e outras. A equipe vai sentar e avaliar, ouvir essas sugestões. Senhoras e Senhores, em votação as diretrizes do FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o ano de 2017. Os Conselheiros favoráveis permaneçam como estão. Pela ordem, Conselheira. Estamos em votação.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE – Sul 2) - É que eu gostaria... nós vamos votar a favor, mas eu gostaria que todas essas sugestões que foram feitas realmente fossem incorporada. Nós não temos o texto final, mas todas sendo incorporadas. Vocês falaram que vão analisar. Eu entendo que são todas pertinentes e eu gostaria de aprovar com essa ressalva todas.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito, Conselheira, será considerado o seu ponto de vista. Senhoras e Senhores, em votação. Permaneçam como estão aqueles que são favoráveis à aprovação das diretrizes. Ok, **aprovadas as diretrizes do FEMA para 2017 por unanimidade desse Conselho.** Muito obrigado, Senhores Conselheiros. Vamos prosseguir. Secretário, por gentileza.

Gilberto Natalini (Presidente) – À vontade, Vereador, obrigado pela presença. Só na questão da guarda civil, Inspetores, pena que ela foi



embora, a Ângela. Ali naquele texto dá para a gente colocar uma vírgula e incluir os outros órgãos parceiros e fiscalização. O que a Ângela disse não procede em relação aos outros órgãos. Nós estamos no Município, não tem nada a ver com o Estado. Nós temos um representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado que hoje não veio, mas que faz parte. A gente trabalha casado com a CESTESB e às vezes com o IBAMA. É claro que a Guarda é nossa primeira fronteira, certo? Então eu colocaria em parceria com outros órgãos, como a Guarda Ambiental e órgãos estaduais e federais que condizem com a fiscalização. Dessa forma, a gente poderia incluir vocês sem excluir os demais parceiros. Eu acho que seria uma forma legal de a gente fazer isso aí. Se vocês estiverem de acordo, a gente pode encaminhar o texto dessa maneira, o texto final de redação. Ok? Agradeço a aprovação consensual e a colaboração de todos é muito bem-vinda e fortalece a causa ambiental do Município de São Paulo uma unanimidade tão grande no CADES, como aconteceu aqui. Agradeço muito, em meu nome e em nome da Secretaria.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Eu só vou pedir uma gentileza: a Conselheira Sueli, o Walter e quem mais propôs a alteração. Para efeito prático, mandar para nosso e-mail do CADES. Por favor, OK? Para a gente já fazer e trocar as conversações por e-mail. Senhoras e Senhores, agora passamos ao encerramento, antes perguntando se há algum item sugerido para a próxima pauta, conforme nós dissemos. Por gentileza, antes dos informes, se tem algum item sugerido para a próxima pauta. Ok, Conselheira e depois a Sueli, com o seu informe e encerra a reunião. Cristina, Sueli e depois Moliterno.

Cons. Cristina Antunes (SAJAPE – Sul 2) - Nós temos uma demanda antiquíssima aqui de levantamento de uma apresentação da Companhia do Metrô sobre verbas que alegadamente foram depositadas no FEMA. É uma história muito antiga, mas, infelizmente, ao longo dos últimos quatro anos a gente não conseguiu essa avaliação. Então, Natalini, existem informações contraditórias com relação aos recursos que a Companhia do Metrô depositou pela linha 5 e pela linha ouro no FEMA, que nunca apareceram no FEMA. A gente nunca achou esse dinheiro no FEMA ou em TCAs. É uma zona nebulosa que ficou aqui na Secretaria e que eu peço, novamente, que seja tratada, uma vez que foi solicitado a



presença da Companhia do Metrô. O pedido foi feito de um jeito equivocado. Pediram para ele apresentar os problemas da linha ouro. Não era isso, a gente quer o pessoal de Meio Ambiente do Metrô, que vem aqui para dar informações sobre essas duas linhas. A verba chega perto de R\$ 30 milhões. Não é um troco. E a gente não sabe onde é que esse dinheiro foi parar. Então, estou retomando, tirando alguns esqueletos do armário, eu sei. Mas a gente precisa ter essa informação. Temos que descobrir onde está esse dinheiro.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Por favor, Sueli.

Cons. Sueli Rodrigues (CEMAIS São Mateus) - Eu também sou Conselheira Regional lá na Prefeitura Regional e eu estou trazendo uma solicitação dos Conselheiros para uma atenção especial, viu, Secretário, em relação ao Centro de Educação Ambiental do Morro do Cruzeiro, que é uma compensação ambiental pela ampliação da CTL, o Aterro da região de São Mateus. O Conselho Regional não tem conseguido obter as informações. Foram várias vezes marcadas reuniões com o representante da ECOURBIS para que fosse até o Conselho prestar contas dessa situação, inclusive das compensações ambientais, que o Conselho Regional desconhece o uso das compensações ambientais. Não só da criação da CTL, como também do monotrilho e do Rodoanel. Claro, isso aconteceu em uma outra gestão, mas a compensação era um grande valor, e que isso deveria vir. É compensação ambiental? Então deveria estar na Secretaria do Verde, servindo à Secretaria do Verde, e o Conselho Regional busca essa informação e não obtém. Então a gente está reivindicando à Secretaria, com a sua força, para que busque essas informações em relação a esse Centro de Educação Ambiental. A discussão interna dentro do Conselho é de que ele é totalmente inviável. Um Centro de Educação Ambiental no meio de um morro, de áreas privadas, a área toda é privada. Se comprou um pedacinho de terra, para se construir um Centro de Educação Ambiental *a posteriori*. Eu, particularmente, gostaria muito de fazer a explanação sobre essa questão junto à Secretaria, mas, nesse momento, a pedido do Conselho Regional, eu estou fazendo essa solicitação para que fique registrado também para a gente poder fazer os encaminhamentos futuros em relação ao Centro de Educação Ambiental do Morro do Cruzeiro. Uma outra questão: na reunião passada, o



Secretário saiu mais cedo. Eu estou trazendo novamente a revista, uma mídia impressa da região, e que a gente tem à disposição para fazer publicações, gratuitamente, da Secretaria e da Prefeitura, lá na região de São Mateus. A terceira questão: eu também já citei na outra reunião e agora está oficial. o seminário que nós vamos realizar no Sesc Itaquera no dia 3 de junho. E eu quero mencionar que é para, por favor, reservar a sua agenda para dar uma passada, para a gente fazer um bate-papo dentro desse seminário. O tema do seminário é o catador autônomo da Zona Leste de São Paulo. O CEMAIS tem um projeto nesse sentido. Estamos reunindo outras experiências para propor políticas públicas para os catadores autônomos; para ter um olhar também para o catador autônomo, não só para cooperativa. O quarto item, também para registro de ata, eu encaminhei para o Edson, mas, infelizmente, não deu tempo de a gente conversar sobre isso, é um projeto que o CEMAIS está propondo, sem custo nenhum para a Secretaria, mas a gente gostaria muito que a Secretaria fosse a parceira dessa ação. O nome que a gente está dando é Projeto Mapear, que tem o objetivo de mapear, dentro da cidade de São Paulo, por meio dos CADES regionais, todas as ações de educação ambiental. Todas as ações. Para quê? Qual o objetivo disso? Para que a gente faça uma relação entre elas, para que não fique uma entidade no canto do bairro fazendo uma ação sem conhecer a que está do lado, fazer uma interligação das ações de educação ambiental que acontecem no Município da cidade de São Paulo, de uma maneira muito simples, via CADES regionais. Nós firmamos parceria com a UNIFESP Diadema, que vai nos ajudar a fazer os infográficos, tudo sem custo também. É uma proposta, que no meu entendimento, no entendimento do CEMAIS, vai ampliar os horizontes das questões ambientais. Vai poder visualizar tudo o que de fato acontece nas questões ambientais dentro da cidade de São Paulo. É isso aí. Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Por gentileza, Conselheiro.

Cons. Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia) - Eu sei que não é do âmbito da Secretaria, mas devido à escassez de recursos que todas as Secretarias enfrentam, fica o alerta do Instituto de Engenharia de que está se aproximando o inverno. Aquelas populações que moram embaixo de viaduto, fazem fogueira para se aquecer. O incêndio embaixo de um



viaduto, o custo de recuperação desse viaduto dava para colocar todo esse pessoal que mora na rua morando em apartamento no Morumbi. Então, eu sugiro que cada Secretaria que tem interface com essa questão, alerte os Secretários dessa questão. Nós vamos novamente ter incêndios e o custo de recuperação de um viaduto é altíssimo. Isso é facilmente evitável. Obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Conselheiro Alessandro Azzoni, por favor.

Cons. Alessandro Azzoni (Associação Comercial) - Só uma questão de sugestão de pauta: se era possível a gente poder fazer uma apresentação desse sistema de fiscalização. Dá para a gente poder ter uma ideia de como poderia ser esse projeto pelo Google? Pelo menos a gente já ia acompanhando processo para que, quando efetivamente acontecer, todos nós já estaremos sabendo. Se seria possível.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Ok, Senhoras e Senhores Conselheiros. Eu passo a palavra ao Senhor Presidente para encerramento dessa reunião.

Gilberto Natalini (Presidente) - Eu queria, mais uma vez, agradecer a presença de todos, a presença, a compreensão e a sinergia de todos para que a gente possa continuar nosso trabalho. Nós estamos, como eu disse, lutando desesperadamente para reintroduzir a agenda ambiental no Município de São Paulo. Não é uma tarefa fácil, mas é uma tarefa necessária. E aí nós vamos precisar somar esforços de forma suprapartidária, de forma supra ideológica, para que a gente tenha condição... Eu estive ontem em Brasília, antes de ontem, na reunião dos 27 Secretários Municipais de Meio Ambiente do Brasil, o CB-27. Nós voltamos a participar. Já foi a segunda reunião que eu fui este ano. Só para vocês ficarem tranquilos: os gastos são todos pagos pela Fundação Adenauer. A gente não tem gasto, é custo zero. O único custo que tem é o tempo de a gente sair daqui e ir para lá, mas não tem nenhum dinheiro municipal. Mesmo se tivesse, eu não poderia ir, porque na penúria que nós estamos não tem condição de ficar viajando com dinheiro municipal, a não ser em casos extremos. Mas nós voltamos lá e eu vi a preocupação dos Secretários. Lá estava presente, o Presidente da Associação dos Gestores Ambientais das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Brasil todo, que é o Secretário de Campinas. O que é que está acontecendo?



Está acontecendo uma tragédia em nível de Congresso Nacional que, se for concretizada, vai reverter, vai voltar para trás, a municipalização das políticas de meio ambiente. É um projeto de lei que tem lá, de 2004, que foi feito um substitutivo por um deputado do PMDB do Rio Grande do Sul, propondo o fim da municipalização da fiscalização ambiental. Voltaria toda a fiscalização ambiental para o âmbito dos Estados e, o pior ainda, para o âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Os Municípios ficariam sem a prerrogativa de fiscalização ambiental, que foi uma conquista, bem ou mal, foi uma conquista, da municipalização. Assim como houve na educação, assim como houve no SUS, o Sistema Único de Saúde, houve também na área ambiental. E agora esse projeto vai ser lido, votado na Comissão de Assuntos Econômicos. E se for aprovado, vai direto para o plenário para ser votado no plenário. O lobby daqueles que estão propondo isso é grande. Eu não vou falar aqui os nomes, as instituições, mas é grande. É um lobby poderoso de um setor da economia que acha que os Municípios atrapalham. Atrapalham porque não deixam fazer qualquer coisa. Por exemplo, se você quiser montar uma indústria numa zona estritamente residencial. A CETESB nunca pediu declaração de zoneamento; o Município pede, porque senão você vai ter determinada coisa numa área que o zoneamento não permite isso, obviamente. Mas quem tem domínio público do solo do Município, é a Prefeitura. E isso estão querendo voltar atrás. Se nós tivéssemos uma outra discussão, como, por exemplo, a informatização do sistema que facilita enormemente, a aprovação, a rapidez. A discussão deveria ser a modernização das máquinas, porque o Município pegou o licenciamento, mas não tem um centavo de dinheiro para financiar nada. Dá a tarefa, mas não dá a condição de recurso, para ser executada a tarefa. Essa lei está lá e é uma questão política fundamental, a Secretaria do Verde dos Municípios poderá voltar a ser um apêndice de uma outra Secretaria qualquer, na medida em que ele tire o direito de analisar o licenciamento ambiental. Na minha opinião, é um retrocesso que está perigando ser aprovado pelo Congresso Nacional. São as lutas do dia a dia. Nós estamos aí na batalha. Vamos informando aos Senhores e às Senhoras das conquistas. O meu Gabinete está aberto a qualquer Conselheiro. Gostaria de sentar com a Senhora depois para discutir. Eu gostei muito da proposta que você trouxe. Acho muito pertinente, mas quem quiser, meu celular é público. Todo mundo



tem. A relação é direta. Nós estamos no mesmo barco, no mesmo barco. Aqui dentro. Não tem adversário nem inimigos. Tem pessoas que querem melhorar. Cada um com uma visão, limitações de cada um, as entidades que representam, mas nós queremos melhorar a sustentabilidade do Município. É assim que eu entendo a nossa reunião. A próxima reunião nossa, 17 de maio, das 9:30 às 12 neste mesmo local, 17 de maio. Espero que todos possam estar presentes com a pauta que nós vamos organizar. Muito obrigado, um bom dia e um abraço a todos.

GILBERTO NATALINI

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO AZZONI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ANGELA MARIA BRANCO
CÉSAR ALEXANDRE HERNANDES
CRISTINA ANTUNES
DÉBORA PONTALTI MARCONDES
DENISE HELENA AMAD MEIRA
EDUARDO STOROPOLI
FABIO RIVA
FERNANDO MASAO FONTES IKI
GEORGE DOI
LYGIA CECILIA CUNHA

JOÃO HENRIQUE STOROPOLI
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
MARCOS MOLITERNO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
MILTON TADEU MOTTA
RAFAEL ROFRIGUES DE OLIVEIRA
ROBSON MAIDA PROFENZANO
RODRIGO ARRAVAL
ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SUELI RODRIGUES
WALTER PIRES

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

LUCILENE APARECIDA ESPERANTE LIMP / LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA /
MÔNICA MASUMI HOSAKA

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ANGELO IERVOLINO / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / NELSON APARECIDO
CARDIM / ROSA RAMOS

COORDENADOR GERAL:

IVAN CÁCERES

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

ÉDSON BUENO